

Os porquês de estarmos em greve. Motivos não faltam!

As Entidades de Representação dos trabalhadores da Eletrobras consideram oportuno esclarecerem à sociedade os motivos da greve, que são vários, porém todos têm em comum: as mentiras, omissões e a falta de transparência da atual Diretoria Executiva da Eletrobras. Vamos aos fatos:

Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A PLR é um direito inalienável dos trabalhadores e trabalhadoras que se dedicaram arduamente para os resultados da companhia e recebem, proporcionalmente, uma quantidade substancialmente inferior a dos diretores.

Vejam na Proposta de Administração da AGO de 2020 ([clique aqui para ver o documento](#)) que os diretores podem ganhar até 8 honorários na Remuneração Variável Anual – RVA para o horizonte 2021 a março de 2022, e até 2,5 honorários para o período de abril de 2020 a março de 2021, conforme exposto a seguir:

Além disso, apresentamos o comparativo em nível individual mensal dos membros de cada grupo:

Componente	Aprovado no Período de abril de 2020 a março de 2021	Proposto no Período de abril de 2021 a março de 2022
Honorário do Presidente	R\$ 52.355,71	R\$ 52.355,71
Honorário dos Diretores	R\$ 49.862,59	R\$ 49.862,59
Máximo de Múltiplos de Honorários na Remuneração Variável *	Até 2,5 honorários na RVA 2019 **	Até 8 honorários na RVA 2020 ***
Honorário do Conselho de Administração	R\$ 5.440,36	R\$ 5.440,36
Honorário do Conselho de Fiscal	R\$ 5.440,36	R\$ 5.440,36
Honorário do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	R\$ 32.642,18	R\$ 32.642,18

* O pagamento da RVA ocorre de maneira diferida, em 5 anos;
 ** O valor máximo de até 2,5 honorários para a RVA 2019 foi aprovado em 2019 pela SEST. Considerando o diferimento e os resultados dos indicadores, o pagamento da RVA 2019 em 2020 foi de 50% de 2,11 honorários, e em 2021 será de 20% de 2,11 honorários;
 *** O valor máximo de até 8 honorários para a RVA 2020 já foi aprovado em 2020 pela SEST. Considerando o diferimento, o pagamento da RVA 2020 em 2021, que corresponde à 50% do valor a ser distribuído, será de no máximo 4 honorários.

Fonte: Proposta de Administração AGO 2021 – pág. 86

Vejam que em 2021, os diretores encheram os bolsos de dinheiro decorrente de recebimentos de exercícios passados:

- *Remuneração Variável Anual (RVA): Em linha com os programas aprovados pela SEST, são propostas alterações nos pagamentos das RVA de cada um dos exercícios:*
- *Pagamento em 2021 da 1ª parcela (50% de até 8,0 honorários) da RVA referente ao exercício de 2020;*

- *Pagamento em 2021 da 2ª parcela (20% de 2,11 honorários) da RVA referente ao exercício de 2019;*
- *Pagamento em 2021 das 1ª, 2ª e 3ª parcelas (80% de 2,0 honorários) da RVA referente ao exercício de 2018, já que tais parcelas deveriam, em condições normais, terem sido pagas em exercícios anteriores, uma vez que a empresa terá cumprido integralmente os seguintes pré-requisitos dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976: apurar lucro líquido no exercício; atribuir aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório referente ao ano-base; ter autorização da Assembleia Geral.*

Fonte: Proposta de Administração AGO 2021 – pág. 86.

Desta forma, fica claro que os diretores lutam com todas as armas para os seus próprios benefícios e deixam trabalhadores e trabalhadoras relegados à própria sorte, na qual a greve torna-se a última, mas legítima, forma de demonstrar nossa insatisfação com tamanha indiferença e desrespeito.

Omissão dos Diretores nas diversas reuniões realizadas com os empregados após a aprovação da privatização no Senado Federal

A Diretoria Executiva mentiu diversas vezes aos trabalhadores e trabalhadoras nas várias reuniões por teleconferência. Ao ser questionada sobre qualquer aspecto da privatização, a diretoria sempre alegou que “não tinha informações” e que “todas as decisões e estudos seriam realizados pelos futuros acionistas”. Desta forma, causou-nos perplexidade ver notas técnicas assinadas pelos diretores sobre as vantagens da privatização consolidadas na Proposta de Administração da 181ª Assembleia Geral Extraordinária que tem, simplesmente, 3.680 páginas! É impossível que uma diretoria que valida as 3.680 páginas da AGE tenha a cara de pau de dizer que não tem “nenhuma informação sobre a privatização”. ([clique aqui para ver o documento](#))

Projeções de Demissões em Massa assinadas pela Diretoria Executiva da Eletrobras em nota técnica que integra a Proposta de Administração da 181ª Assembleia Geral Extraordinária

A Diretoria Executiva mentiu ao corpo funcional uma vez que, nas reuniões realizadas com ele, deixava claro que qualquer “decisão ou estudo sobre demissões seriam feitos pelos novos controladores”, porém, na proposta da AGE, todos os diretores assinam a Nota Técnica intitulada “Nota Técnica Global de Transações de Parte Relacionadas – TPR”, de 04.01.2022, de 25 páginas que se iniciam na página 3.339”, disponível para a sociedade no site da Eletrobras, cujo item 7 chama “Ganhos potenciais e alavancas de crescimento com a capitalização” no qual se destacam os seguintes itens:

Centros de Serviços Compartilhados (CSC): atualmente a Eletrobras e suas empresas possuem quatro CSC (s). Certamente a possibilidade de ter apenas um CSC em escala nacional poderá agregar ainda mais valor em termos de redução de custos e otimização de processos transacionais, tais como folha de pagamento, contabilidade, gestão de infraestrutura física e de tecnologia de informação, gestão de logística e da cadeia de suprimentos, apuração de tributos, contas a pagar e outros.

Fica claro que a atual Diretoria Executiva defende **a possibilidade de demissões em massa relacionadas a 3 (três) dos quatros CSCs que atuam no Brasil**, sem que esta questão tenha sido sequer discutida com os sindicatos!

Adicionalmente, os diretores também defendem a demissão em massa em diversas áreas, como disposto a seguir:

Reestruturação do quadro de pessoal: atualmente a Eletrobras e suas controladas possuem áreas que só existem graças à sua condição de empresa de economia mista, como por exemplo:

- ✓ **Auditoria Interna:** Estima-se que cerca de 10% das horas da Auditoria Interna da holding e das controladas seja dedicada ao atendimento aos órgãos de controle, além das equipes das demais áreas técnicas que suportam as atividades de interação com órgãos de controle. **Essas estruturas poderão ser reduzidas após a desestatização, no que tange especificamente ao atendimento aos órgãos de controle governamentais aplicáveis a empresas estatais.**
- ✓ **Governança:** Possibilidade de adequar o processo de seleção e nomeação dos administradores às práticas existentes na iniciativa privada, simplificando o atual processo que demanda interações e aprovações junto a órgãos governamentais.
- ✓ **Programas de Governo:** a Eletrobras gere diversos programas governamentais, que serão transferidos para a ENBPARG, como os contratos de comercialização no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, administração da conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, os contratos de financiamento que utilizam recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, os programas Mais Luz para a Amazônia e Luz para Todos e a administração dos bens da União previstos no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974. **Todos esses programas demandam equipes, despesas, sistemas, controles, prestação de contas a órgãos de governo e aprovações internas.**
- ✓ **Comercialização da energia de Itaipu:** a Eletrobras atualmente é responsável pela comercialização da energia de Itaipu, que será alocada na ENBPARG. Trata-se de atividade complexa, que inclui faturamento, cobrança às distribuidoras cotistas da energia de Itaipu, recolhimento de tributos, emissão de notas fiscais, controles, sistemas, gestão financeira da conta, dentre outras atividades.
- ✓ **Orçamento Legal:** a Eletrobras e suas controladas possuem equipes dedicadas à elaboração, gestão e controle do Orçamento Legal, que integra o Orçamento da União. Há um plano de contas específico, relatórios mensais de acompanhamento, necessidade de justificativa para desvios, além de acompanhamento pelos órgãos de controle.

- ✓ ***Estruturas Organizacionais: há espaço de otimização nas estruturas organizacionais da Holding e controladas, que se replicam e que podem ser organizadas de modo mais equilibrado, inclusive com a adoção de estruturas matriciais, permitindo não apenas uma redução no número de posições gerenciais, como também uma padronização de diversos processos corporativos e maior agilidade na tomada de decisão.***

Nota Técnica Global de TPR, págs. 23-25 (págs. 33.60/61 da Proposta de Administração da 181ª AGE).

Dado que as 3.680 páginas da Proposta de Administração não trazem, numa única linha, a palavra “realocação de empregados”, os sindicatos, ao lerem a NT em questão, destacam o risco de demissão em massa nas atividades da Auditoria Interna, Programas de Governo, Governança, Comercialização de Itaipu, Orçamento Legal, além de áreas da estrutura organizacional, presentes em todas as empresas, que podem ser reduzidas ou terceirizadas tais como Gestão de Pessoas, Jurídico, Contabilidade, Finanças, TI, Contratações, CSCs, Regulação, Comercialização, Gestão da transmissão e da Geração, dentre outras, desempregando milhares de pais e mães de famílias que dão o sangue pela Eletrobrás.

A redução de posições gerenciais, conforme sugerido pela atual Diretoria Executiva, pode vir acompanhada da demissão dos gestores das respectivas áreas e da integralidade de suas equipes. A Diretoria não se atentou que trabalhadores e trabalhadoras não têm contrato de trabalho com diretoria ou unidade organizacional A ou B e sim, com a própria Eletrobrás e, mesmo assim, deixa claro para a sociedade sua vocação para cortar, cortar e cortar postos de trabalho!

Omissão da Diretoria de não criar mecanismos para aproveitamento da mão de obra na ENBPar ligada a programas de governo:

Na Proposta de Administração, consta a NT “Tramitação da gestão de programas de governo da Eletrobrás para a ENBPar” de 14 páginas (a partir da página 2.175 da Proposta de Administração) na qual a presidência da Eletrobrás expõe que são 82 empregados que atuam em atividades como Procel, Luz Para Todos, Programa Mais Luz Para Amazônia, Proinfa, Busa e RGR. A Eletrobrás é omissa em não prever nenhum mecanismo para maior aproveitamento da mão de obra capacitada da Eletrobrás em relação a estes programas que há décadas (caso do Procel, por exemplo) vêm sendo administrados com maestria pelos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobrás. Não corroboramos tamanha indiferença da atual Diretoria Executiva com o quadro funcional!

Perplexidade dos sindicatos com informações de que bancos envolvidos na modelagem e com acesso a *insider information* já fazem simulações, sinalizando que as empresas Eletrobrás deixaram de ter 12 mil empregados, para ficar com 6 mil, o que significa a demissão de mais de 50% do atual quadro funcional. E mais: aqueles que ficarem terão uma nova tabela salarial mais baixa que a atual:

Os sindicatos têm recebido denúncias de que existem simulações circulando pela diretoria da Eletrobrás e consultorias contratadas de que há previsão de demissão de mais de 6 mil pessoas no caso da capitalização. No passado recente, consultorias contratadas pelo planejamento estratégico, na gestão do ex-presidente Wilson Ferreira Pinto Junior, já delineavam cenários com patamares similares ao atual. Os sindicatos reiteram que existe um ACT em vigor com a Eletrobrás que não prevê demissão em massa e qualquer demissão

tem que vir acompanhada da oferta de plano de demissão. Como não foi ofertado PDC e não há previsibilidade à demissão dessa magnitude. Repudiamos informações como esta que trazem diversos reflexos na saúde física e emocional de trabalhadores e trabalhadoras. Vale a pena lembrar que no atual ACT existe a previsibilidade de PDC, porém, não foi praticado, a Diretoria Executiva apenas jogou com trabalhadores e trabalhadoras e com as respectivas Entidades de Representação.

Repúdio dos trabalhadores e trabalhadoras à contratação por inexigibilidade do Sindicato dos Bancos e o conflito de interesses do Banco Genial contratado pelo BNDES para fazer o valuation, mesmo sendo representante de acionistas que possuem 5% das ações preferenciais da Eletrobrás, corretora de valores mobiliários que transaciona os papéis da companhia após ter acesso a *insider information*, consultoria responsável pelo valuation que pode beneficiar preferencialistas em detrimento de ordinaristas e comercializadora de energia com acesso aos contratos de energia da Eletrobrás:

Repudiamos a omissão e negligência da Diretoria Executiva, sobretudo da Diretora de Conformidade, da Diretora Financeira e do Presidente que assinam os documentos da Eletrobrás nas bolsas do Brasil, Madrid e Nova York e não têm coragem e zelo para enfrentar conflitos de interesses desta magnitude, além de abrir mão de processos licitatórios transparentes e competitivos. A Diretoria Executiva da Eletrobrás é adepta do “banquete de amigos”, uma vez que escolhem os bancos que vão sentar à mesa no processo de capitalização da Eletrobrás, mesmo o Brasil tendo dezenas de bancos e instituições financeiras que sequer puderam participar do certame.

Repúdio ao pagamento pela Eletrobrás da viagem do presidente do Conselho de Administração, Ruy Flacks, à Rússia, com a delegação do presidente Bolsonaro:

Consideramos uma imoralidade a Eletrobrás, no auge do processo de capitalização e atrasos no pagamento da PLR dos trabalhadores e trabalhadoras, bancar viagem do presidente do CA junto com a trupe do presidente Bolsonaro. Exigimos dos diretores bolsonaristas da Eletrobrás arquem com o custo da estadia com o próprio bolso, uma vez que aprovaram de forma colegiada, tamanha obscenidade!

Por fim, estamos disponíveis para uma conversa com a sociedade, com a Justiça e com o TST de forma transparente, aberta, propositiva e alinhada com a defesa dos empregados e de uma Eletrobrás controlada pela União e comprometida com o desenvolvimento sócio econômico local, estadual, regional, nacional e fronteiriço, além da provisão de energia barata e sustentável para as atuais e futuras gerações de brasileiros.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 3 de março de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

